



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

CADERNO ODS

Departamento de Economia e Estatística

ODS 4

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



**Educação de qualidade e promoção de
aprendizagem ao longo da vida:
ODS 4 no Rio Grande do Sul**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Públicas: Daiane Boelhouver Menezes

Educação de qualidade e promoção de aprendizagem ao longo da vida: ODS 4 no Rio Grande do Sul

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEE-SPGG)

Edição Extra

Pesquisador: Thiago Felker Andreis

Porto Alegre
Novembro de 2020

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise de Políticas Públicas: Daiane Boelhouver Menezes

Revisão Técnica: Daiane Boelhouver Menezes, Lívio Luiz Soares de Oliveira e Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização bibliográfica: Kátia Midori Hiwatashi

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A559e Andreis, Thiago Felker.

Educação de qualidade e promoção de aprendizagem ao longo da vida : ODS 4 no Rio Grande do Sul / Thiago Felker Andreis. - Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020. 35 p. : il.

(Cadernos ODS).

Edição extra.

1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). 2. Educação de qualidade. I. Título. II. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 37:330.34

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
PANORAMA DAS METAS DO ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO RS	5
META 4.1 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E OS MENINOS COMPLETEM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO GRATUITO, EQUITATIVO E DE QUALIDADE, QUE CONDUZA A RESULTADOS DE APRENDIZAGEM RELEVANTES E EFICAZES	6
META 4.2 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS AS MENINAS E OS MENINOS TENHAM ACESSO A UM DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA, CUIDADOS E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DE MODO QUE ELES ESTEJAM PRONTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO	13
Meta 4.3 - ATÉ 2030, ASSEGURAR A IGUALDADE DE ACESSO PARA TODOS OS HOMENS E AS MULHERES À EDUCAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR DE QUALIDADE, A PREÇOS ACESSÍVEIS, INCLUINDO UNIVERSIDADE	15
META 4.4 - ATÉ 2030, AUMENTAR SUBSTANCIALMENTE O NÚMERO DE JOVENS E ADULTOS QUE TENHAM HABILIDADES RELEVANTES, INCLUSIVE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E PROFISSIONAIS, PARA EMPREGO, TRABALHO DECENTE E EMPREENDEDORISMO	20
META 4.5 - ATÉ 2030, ELIMINAR AS DISPARIDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO E GARANTIR A IGUALDADE DE ACESSO A TODOS OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS MAIS VULNERÁVEIS, INCLUINDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OS POVOS INDÍGENAS E AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	22
META 4.6 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS JOVENS E UMA SUBSTANCIAL PROPORÇÃO DOS ADULTOS, HOMENS E MULHERES, ESTEJAM ALFABETIZADOS E TENHAM ADQUIRIDO O CONHECIMENTO BÁSICO DE MATEMÁTICA	24
META 4.7 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS ALUNOS ADQUIRAM CONHECIMENTOS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVE, ENTRE OUTROS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA, CIDADANIA GLOBAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	27
META 4.A - CONSTRUIR E MELHORAR INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO, APROPRIADAS PARA CRIANÇAS E SENSÍVEIS ÀS DEFICIÊNCIAS E AO GÊNERO, E QUE PROPORCIONEM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SEGUROS E NÃO VIOLENTOS, INCLUSIVOS E EFICAZES PARA TODOS	29
META 4.C - ATÉ 2030, SUBSTANCIALMENTE AUMENTAR O CONTINGENTE DE PROFESSORES QUALIFICADOS, INCLUSIVE POR MEIO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, ESPECIALMENTE OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO	31
COVID-19 E O ODS 4	34
REFERÊNCIAS	35

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 trata da educação de qualidade e visa assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Segundo a Plataforma Agenda 2030 (2019, *on-line*),

Desde 2000, houve enorme progresso na promoção do acesso universal à educação primária para as crianças ao redor do mundo. Para além do foco na educação básica, todos os níveis de educação estão contemplados no objetivo de desenvolvimento sustentável 4, que enxerga como fundamental a promoção de uma educação inclusiva, igualitária e baseada nos princípios de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. A promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos é o centro deste objetivo, que visa ampliar as oportunidades das pessoas mais vulneráveis no caminho do desenvolvimento.

O objetivo 4 possui 10 metas a serem alcançadas — nove das quais aplicáveis ao Brasil e ao Rio Grande do Sul — e há muito que as gestões municipais e estaduais podem fazer para que, até 2030, sejam cumpridas.

O presente trabalho está dividido em 11 seções, além deste sumário executivo. Além de um panorama geral do ODS 4, são analisadas cada uma das metas aplicáveis ao RS. Ao fim, discutem-se brevemente os possíveis impactos da pandemia de Covid-19 nos resultados a serem auferidos futuramente.

O que se observa é que a taxa de escolarização entre as crianças entre quatro e cinco anos vem aumentando gradualmente, tendo atingido 88,5% em 2019, de modo que — a se manter o atual ritmo de aumento nesse indicador —, em aproximadamente seis anos, a educação infantil poderá estar universalizada nessa faixa etária. Naquilo que diz respeito ao desempenho dos alunos nos ensinamentos fundamental e médio, o RS vem apresentando resultados ascendentes em Matemática e Língua Portuguesa. Questões relacionadas à acessibilidade ainda precisam avançar muito, pois poucas escolas possuem as adaptações necessárias. Sobre a formação dos professores, as séries finais apresentam professores mais bem qualificados, mas ainda existem problemas na formação de professores no ensino infantil, onde o RS possui poucos com formação universitária. De modo geral, o Estado vem trabalhando as questões relacionadas ao ODS 4, mas ainda existem muitos pontos em que é necessário melhorar.

PANORAMA DAS METAS DO ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO RS

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma agenda de desenvolvimento para os países signatários. Dentre esses objetivos, um diz respeito especificamente à educação. Os ODS seguiram-se aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), igualmente propostos pela ONU em 2000, com a finalidade de reduzir a extrema pobreza e a fome no mundo até 2015. Por sua vez, os ODS consistem em um conjunto mais abrangente de 17 objetivos e 169 metas que o Brasil, em 2015, junto aos outros 192 Estados-membros da ONU, se comprometeu a atingir até 2030. Os ODS devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais. Seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários outros.

Embora várias das metas estabelecidas pela Agenda 2030 não sejam competência dos governos locais, há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que essas metas sejam cumpridas ao final do prazo estabelecido. Neste estudo, apresentam-se dados relativos à situação mais atual do ODS 4 no Rio Grande do Sul, traçando alguns comparativos com a realidade nacional ou de outros estados. O ODS 4 trata de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Tudo isso sofreu, desde março de 2020, a influência do cenário da pandemia de Covid-19, o qual certamente afetará a trajetória do Rio Grande do Sul em direção ao objetivo estabelecido.

O ODS 4 divide-se em nove metas aplicáveis ao Brasil e, conseqüentemente, ao RS¹. Infelizmente, nem sempre há dados acessíveis e atualizados para que a sua situação seja prontamente mensurada. Não obstante a presença de dificuldades na disponibilização de dados, deve-se tentar aferir, da melhor maneira possível, a realidade da educação no Estado e o quanto se está conseguindo aproximar das metas propostas.

Mais especificamente, o presente trabalho verifica o quadro mais atual do Rio Grande do Sul em cada uma das nove metas apontadas para o atingimento do ODS 4, com o intuito de subsidiar a decisão dos gestores no planejamento de suas iniciativas dentro das ações programáticas do Educa + RS, programa temático do Plano Plurianual 2020-2023 (PPA 2020-2023).

¹ A meta 4.b, inaplicável ao RS, propõe "Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento" (PLATAFORMA..., 2019, *on-line*).

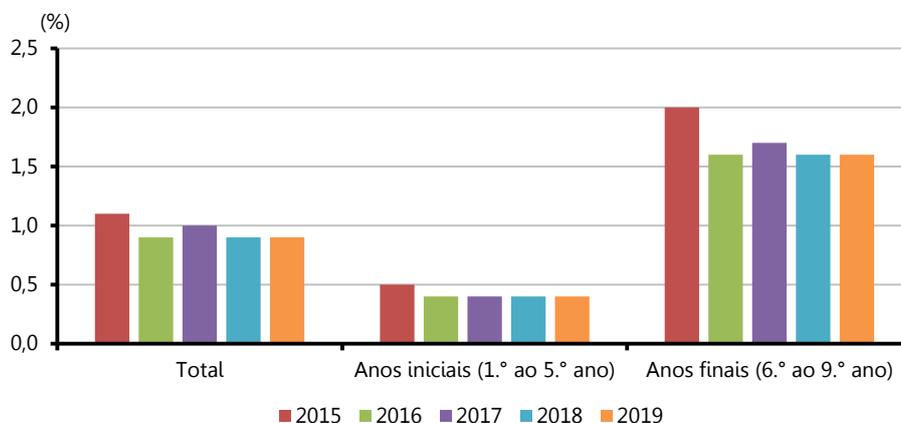
META 4.1 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E OS MENINOS COMPLETEM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO GRATUITO, EQUITATIVO E DE QUALIDADE, QUE CONDUZA A RESULTADOS DE APRENDIZAGEM RELEVANTES E EFICAZES

A meta 4.1 busca garantir que todas as crianças completem os ensinos fundamental e médio, de forma gratuita, equitativa e com qualidade, e que estes conduzam a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. Há, portanto, dois pontos necessários para o atingimento desse objetivo: por um lado, é preciso a ampliação da cobertura e a manutenção dos alunos em seus respectivos cursos e, por outro lado, o tempo em sala de aula deve, de fato, resultar em aprendizado relevante e eficaz. São, portanto, duas dimensões a serem consideradas.

A primeira dimensão é a que trata da garantia da conclusão dos estudos fundamental e médio por todas os alunos. É preciso, portanto, que estes sigam matriculadas e frequentando a escola até o final do ensino secundário. Quanto mais jovens forem os estudantes, menor será a taxa de desistência da escola, o que, até certo ponto, é intuitivo, uma vez que as crianças menores estão, a princípio, menos sujeitas a situações que podem tirá-las da escola, que não são poucas. De fato, a GESTA (FUNDAÇÃO BRAVA, 2017) enumera 14 fatores de desengajamento que podem atuar especialmente sobre os adolescentes, tais como gravidez e maternidade, necessidade de trabalhar em tempo integral, envolvimento com atividades ilícitas, dentre outras². Como resultado, a taxa de abandono no ensino fundamental (EF) do RS é, nas séries finais, mais de três vezes superior à taxa encontrada nas séries iniciais, conforme se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1

Taxa de abandono no ensino fundamental das redes pública e privada do Rio Grande do Sul — 2015-19



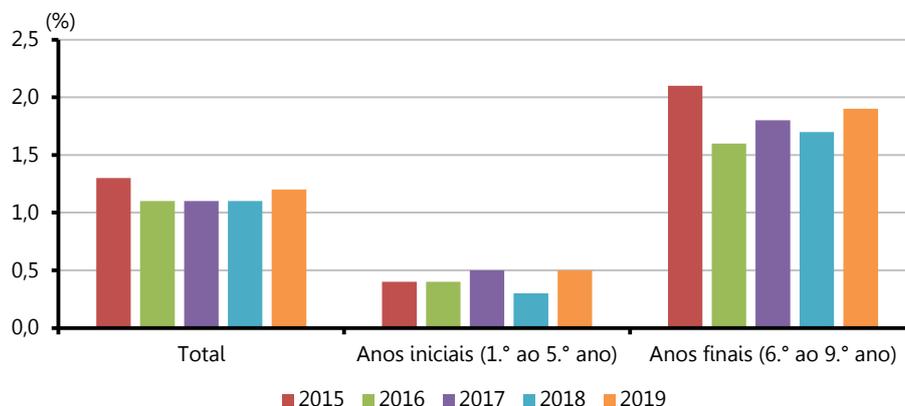
Fonte dos dados brutos: INEP (2020a).

No total das redes escolares do Estado, a taxa de abandono nos anos iniciais tem-se situado em 0,4% desde 2016 e em 1,6% nos anos finais desde 2018. Quando a análise enfoca apenas na rede estadual, os números modificam-se pouco, conforme mostra o Gráfico 2.

² Os 14 fatores identificados dividem-se em três grandes grupos. O primeiro consiste em fatores de contexto, que são acesso limitado, necessidade especial, gravidez e maternidade, atividades ilegais, mercado de trabalho, pobreza e violência. O segundo grupo é composto por fatores de motivação, os quais são déficit de aprendizagem, significado, flexibilidade, qualidade da educação e clima escolar. Por fim, os fatores ligados à compreensão são percepção da importância e desafios emocionais (FUNDAÇÃO BRAVA, 2017).

Gráfico 2

Taxa de abandono no ensino fundamental da rede estadual do Rio Grande do Sul — 2015-19

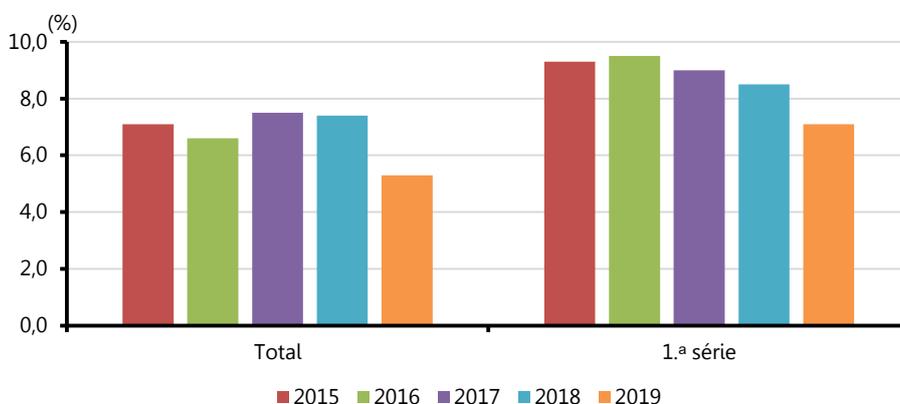


Fonte dos dados brutos: INEP (2020a).

Nos anos iniciais, a taxa de abandono em 2019 foi de 0,5%, ao passo que, nos anos finais, foi de 1,9%. O ensino médio, porém, possui taxas de abandono maiores, em especial na 1.ª série. No entanto, o dado positivo relativamente a essa etapa é que o percentual de estudantes que abandonam a escola no ensino médio vem diminuindo. O Gráfico 3 mostra a taxa de abandono no ensino médio em toda a rede escolar do RS.

Gráfico 3

Taxa de abandono no ensino médio das redes pública e privada do Rio Grande do Sul — 2015-19

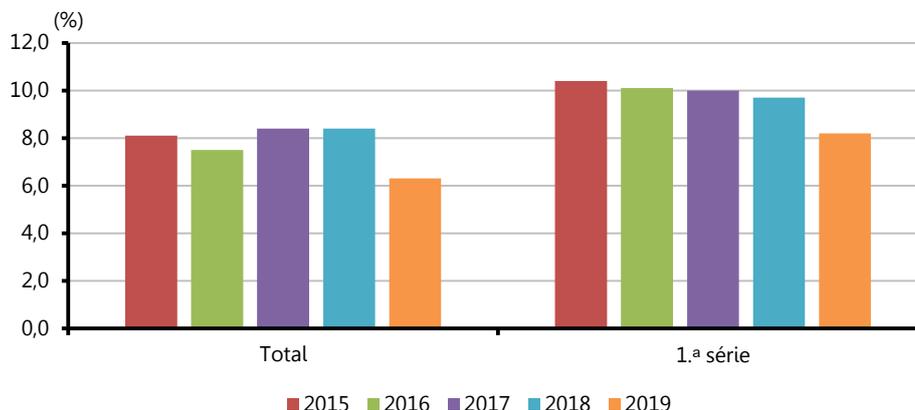


Fonte dos dados brutos: INEP (2020a).

Percebe-se que a taxa de abandono total no ensino médio foi de 5,3% em 2019, enquanto, na 1.ª série, foi de 7,1% no mesmo ano. Ambas são as menores medições no período apresentado no gráfico. O ensino médio da rede estadual, de forma semelhante, apresentou importante diminuição, passando de 8,4% em 2018 para 6,3% em 2019. Quando se considera apenas a 1.ª série, a taxa de abandono vem caindo desde 2015 e atingiu 8,2% em 2019. Ainda é um percentual elevado, mas é o menor no período considerado. O Gráfico 4 mostra a situação da taxa de abandono do ensino médio na rede estadual do RS.

Gráfico 4

Taxa de abandono no ensino médio da rede estadual do Rio Grande do Sul — 2015-19



Fonte dos dados brutos: INEP (2020a).

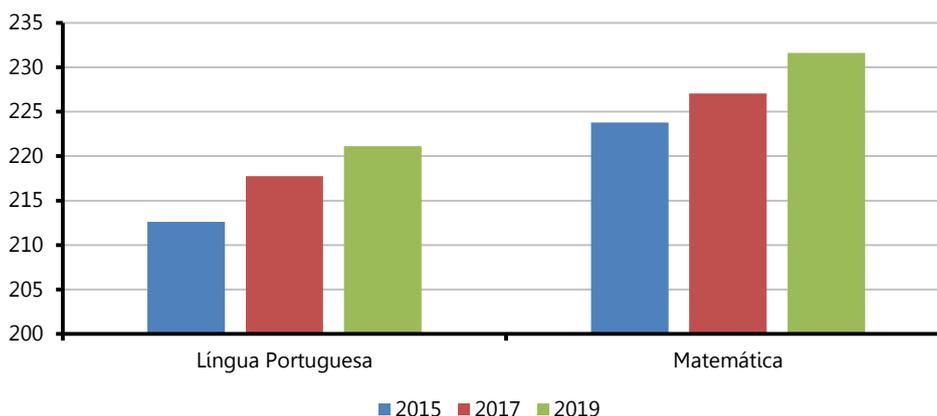
O RS está caminhando na direção correta ao diminuir a taxa de abandono, mas ainda é preciso atentar para o patamar elevado desse número, especialmente no ensino médio.

O outro ponto importante da meta 4.1 é a questão do aprendizado relevante. Uma boa alternativa para mensurar a situação dessa meta no Estado é o resultado obtido pelos alunos gaúchos nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Tais provas são aplicadas a cada dois anos em todo o País, e as médias obtidas pelos estudantes compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Naquilo que diz respeito aos estudantes mais jovens, que cursam o 5.º ano do ensino fundamental, seu desempenho vem melhorando nas últimas edições das provas de Língua Portuguesa e Matemática, conforme se pode observar no Gráfico 5.

Gráfico 5

Médias nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 5.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019

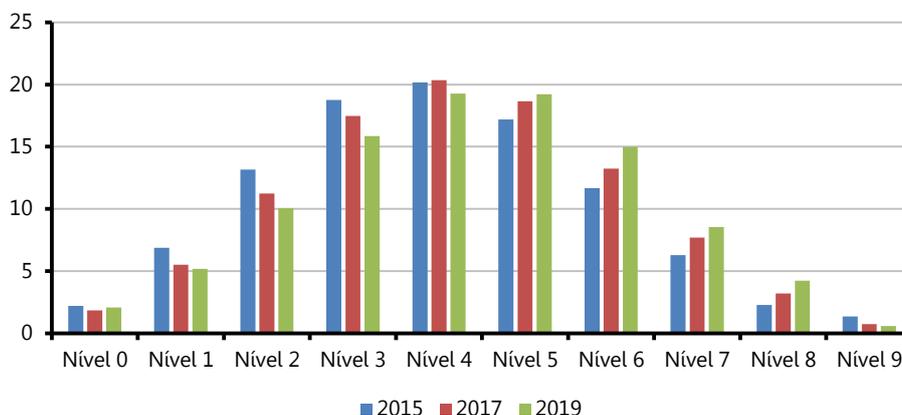


Fonte: INEP (2020d).

A nota média em Língua Portuguesa, que era de 212,61 em 2015, passou a ser de 217,75 em 2017 e 221,14 em 2019. Em Matemática, por sua vez, a média dos alunos do 5.º ano no SAEB era de 223,78 em 2015, passando para 227,04 em 2017 e, finalmente, 231,63 em 2019. É visível, portanto, a melhora nas notas de ambas as

disciplinas³. Ao dividir o desempenho possível dos alunos em 10 níveis possíveis de proficiência, pode-se notar que, entre 2015 e 2019, houve uma diminuição do percentual de alunos nos níveis mais baixos e um incremento nos níveis mais elevados de desempenho:

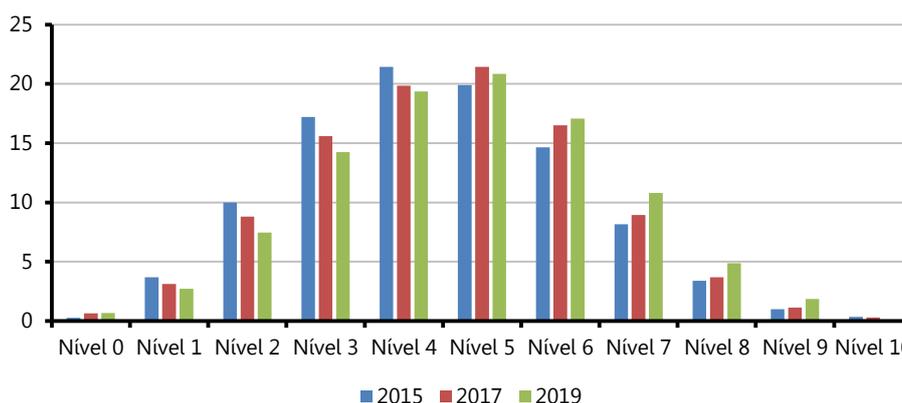
Gráfico 6
Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de Língua Portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 5.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019



Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

À exceção do nível 9, os níveis 5, 6, 7 e 8 apresentaram aumento no percentual de alunos abarcados, ao passo que, nos níveis mais baixos, à esquerda, houve decréscimo na participação. Situação semelhante acontece com o desempenho dos alunos do 5.º ano em Matemática: aumentou o percentual de alunos que tiveram suas notas nas faixas superiores de desempenho, à exceção do último nível. Por outro lado, houve um decréscimo no percentual de alunos localizados nas faixas inferiores de desempenho, conforme dados expostos no Gráfico 7.

Gráfico 7
Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 5.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019



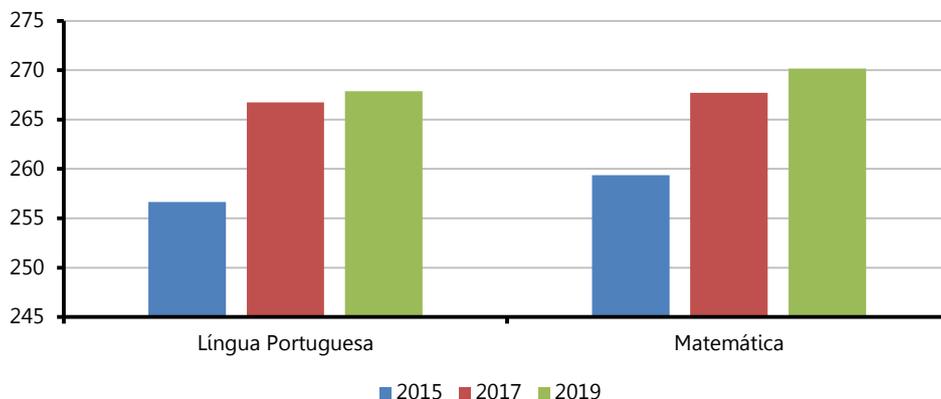
Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

Ao se analisar o desempenho de crianças um pouco mais velhas, cursando o 9.º ano, observa-se que suas notas, em ambas as disciplinas, aumentaram entre 2015 e 2019 (Gráfico 8).

³ Apesar da melhora, a média em Língua Portuguesa dos alunos gaúchos do 5.º ano foi a menor entre os estados da Região Sul, pois, no Paraná, a média foi de 227,62, e, em Santa Catarina, foi de 227,13. Em São Paulo, a média ficou em 229,26. Situação semelhante ocorreu em Matemática, onde a média foi de 244,86 no Paraná e de 239,61 em Santa Catarina. Em São Paulo, a nota em Matemática foi de 245,43.

Gráfico 8

Médias nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 9.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019

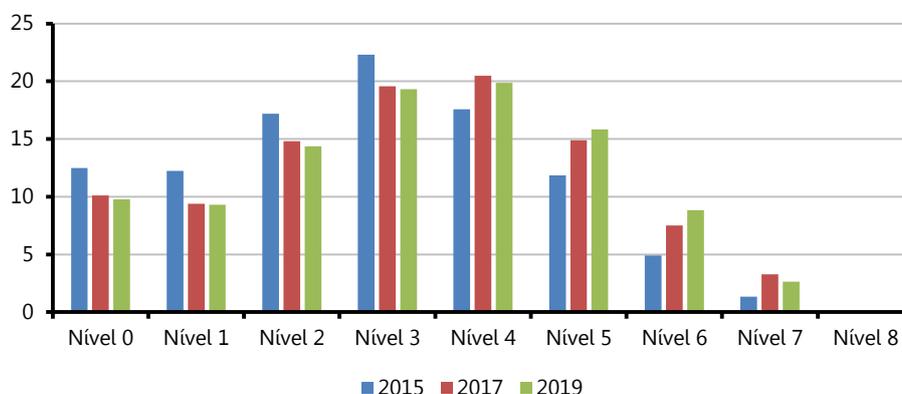


Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

Em Língua Portuguesa, houve uma melhora de 4,38% na nota entre 2015 e 2019, passando de 256,65 para 267,88. No mesmo período, a nota em Matemática aumentou em 4,16%, passando de 259,38 para 270,18.⁴ Ao se analisar a distribuição das médias em Língua Portuguesa, encontra-se um aumento no percentual de estudantes nos níveis superiores de desempenho, à exceção do último nível. Por outro lado, houve pequena redução na participação dos níveis mais baixos, embora estes ainda possuam participação significativa no desempenho total, conforme dados apresentados no Gráfico 9.

Gráfico 9

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de Língua Portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 9.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019



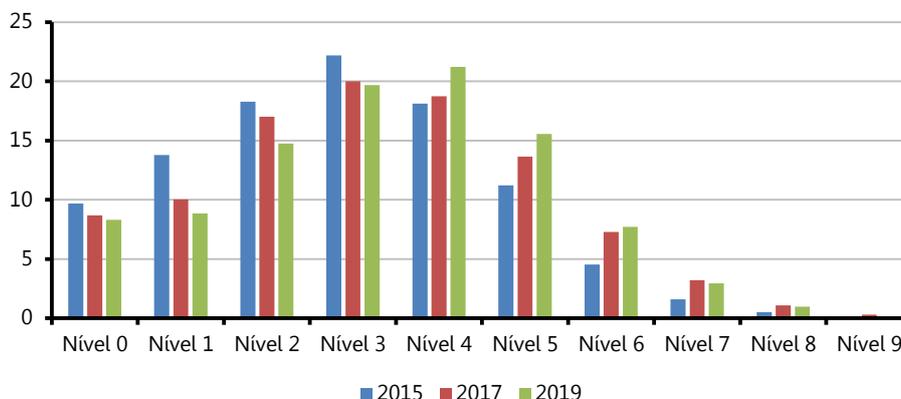
Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

Em Matemática, de forma semelhante, houve redução na participação dos níveis inferiores nas médias dos alunos do 9.º ano e aumento na participação dos níveis 4, 5 e 6. Os níveis superiores, porém, possuem participação muito reduzida e com decréscimo no período entre 2017 e 2019, conforme se observa no Gráfico 10.

⁴ Em 2019, em Língua Portuguesa, a média do 9.º ano foi de 267,8 no Paraná e de 269,09 em Santa Catarina. Já em São Paulo, a média foi de 268,83. Em Matemática, as médias foram: 274,64 (Paraná), 275,03 (Santa Catarina) e 271,26 (São Paulo).

Gráfico 10

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 9.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019



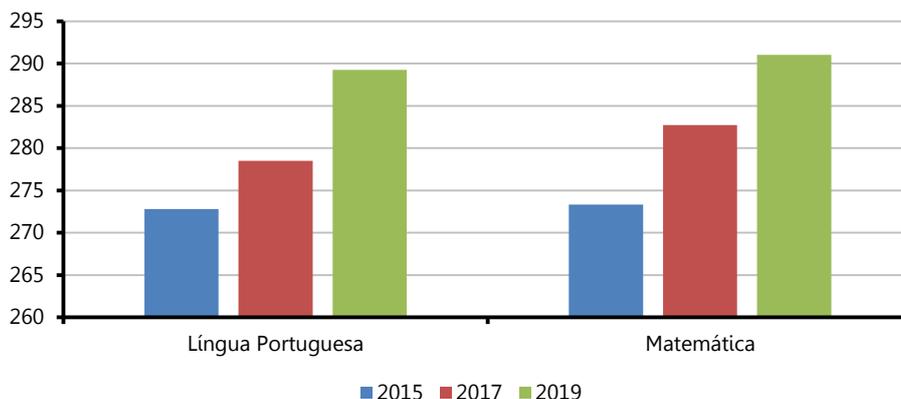
Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

É visível a melhora nos números acima, mas, mesmo assim, 31,91% dos alunos do ensino médio estão localizados nos níveis 0, 1 ou 2 da avaliação em Matemática, o que os coloca entre estudantes com habilidades muito primárias na disciplina. Isso significa que, aproximadamente, um terço dos alunos no final do 9.º ano não dispõe de conhecimento suficiente em Matemática para torná-los aptos a resolver problemas que exijam maior familiaridade com essa matéria.

No ensino médio, pode-se perceber uma melhora no desempenho dos alunos tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática (Gráfico 11).

Gráfico 11

Médias nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do ensino médio no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019



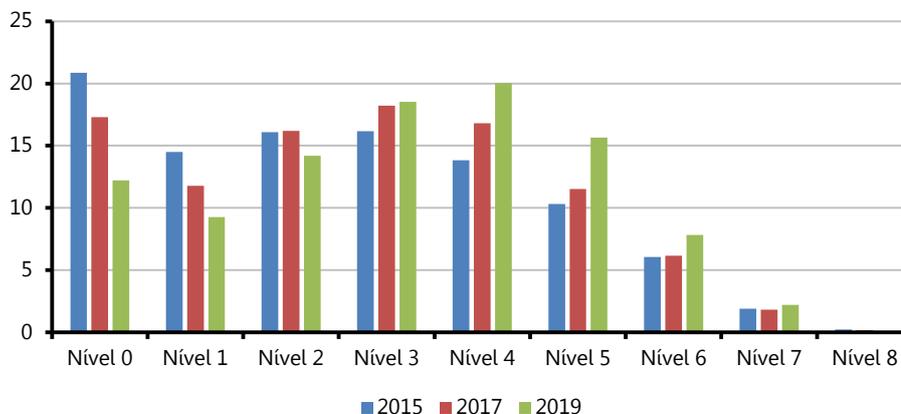
Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

O Gráfico 11 mostra que a média em Língua Portuguesa passou de 272,78 em 2015 para 289,26 em 2019, uma melhora de 6,04%, ao passo que a média em Matemática passou de 273,31 em 2015 para 291,04 em 2019, apresentando um incremento de 6,49% no período.⁵ O Gráfico 12 mostra a distribuição das médias em Língua Portuguesa nos níveis de proficiência propostos.

⁵ Em Língua Portuguesa, a média do RS ficou abaixo da do Paraná (290,22) e superou as de Santa Catarina (284,09) e São Paulo (286,49). O mesmo ocorreu com a média em Matemática: pior que a do Paraná (292,73) e melhor que as de Santa Catarina (289,41) e São Paulo (284,94).

Gráfico 12

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de Língua Portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do ensino médio no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019

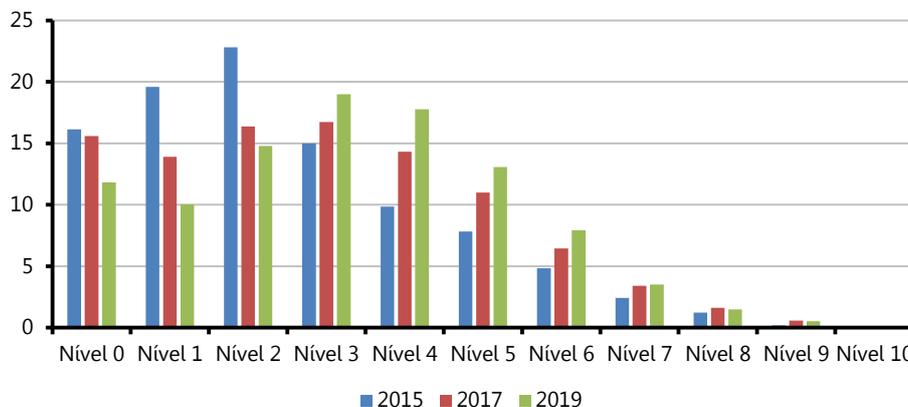


Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

A partir do nível 3 até o nível 7, houve um incremento na distribuição das médias em Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, os níveis mais básicos (0, 1 e 2) diminuíram suas participações. Em Matemática, o cenário de melhora nas médias é semelhante. Houve aumento entre os níveis 3 e 7 e diminuição nos níveis 0, 1 e 2, conforme se observa no Gráfico 13.

Gráfico 13

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do ensino médio no Rio Grande do Sul — 2015, 2017 e 2019



Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

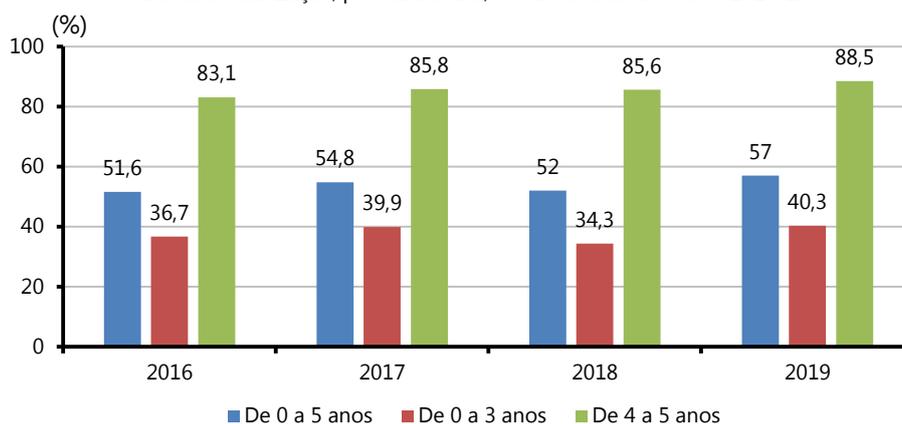
No ano de 2019, 36,65% dos estudantes de ensino médio no RS estavam nos níveis 0, 1 ou 2 de proficiência em Matemática. Em 2015, o percentual de alunos nessa situação era de 58,56%, de modo que houve uma expressiva melhora no indicador. Pode-se concluir, portanto, que os estudantes gaúchos aprenderam mais em 2019 do que em 2015 — ao menos em Língua Portuguesa e Matemática. Aprenderam mais e desistiram menos da escola, mas seu desempenho ainda apresentou uma grande necessidade de melhora, assim como a taxa de abandono da escola.

META 4.2 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E OS MENINOS TENHAM ACESSO A UM DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA, CUIDADOS E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DE MODO QUE ELES ESTEJAM PRONTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO

A segunda meta do ODS 4 é garantir que todas as crianças tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontas para o ensino fundamental. Em um cenário ideal, seria necessária a construção de um indicador do tipo “Proporção de crianças com idade entre 24 e 59 meses que estão com desenvolvimento adequado de saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo”. Trata-se, porém, de um indicador bastante complexo e de difícil implementação, uma vez que compreende saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, de modo que não foi ainda elaborado e, portanto, não vem sendo utilizado⁶. Por outro lado, é importante conhecer quantas crianças já estão inseridas em um ambiente escolar e de socialização antes do primeiro ano do ensino fundamental. O Gráfico 14 mostra — no período entre 2016 e 2019 — o percentual de crianças de zero a cinco anos, de zero a três anos e de quatro a cinco anos que estão matriculadas em estabelecimentos escolares no RS.

Gráfico 14

Taxa de escolarização, por faixa etária, no Rio Grande do Sul — 2016-19



Fonte: IBGE (2020).

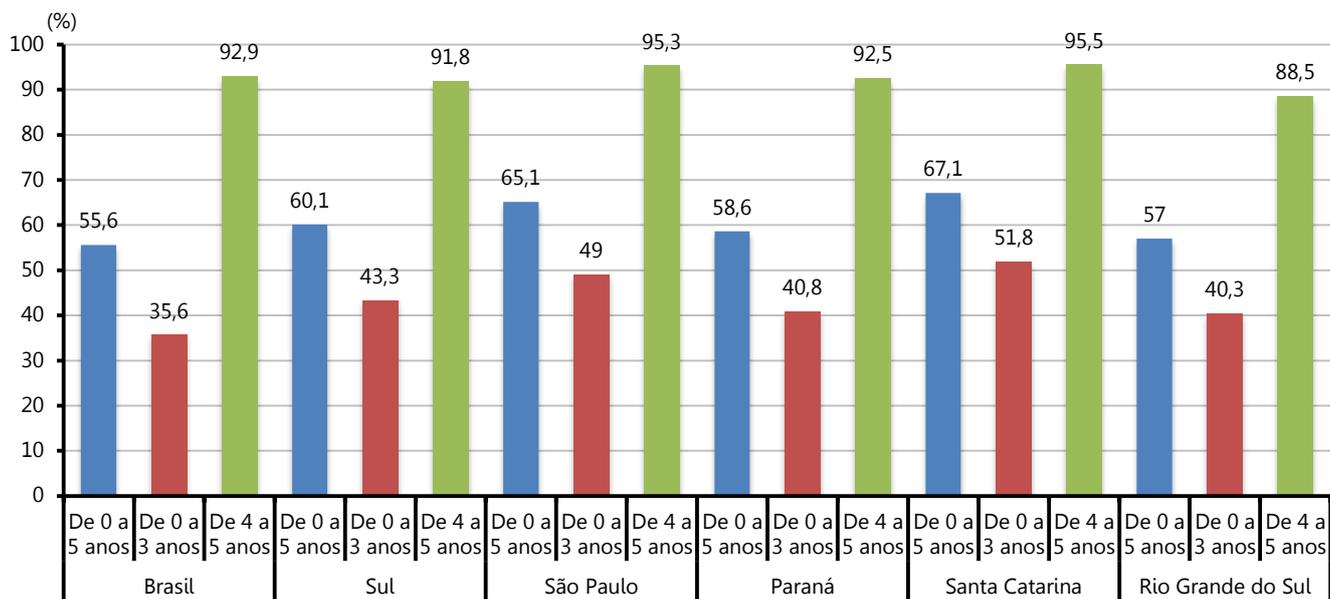
Pode-se observar um aumento gradual, entre 2016 e 2019, na taxa de escolarização das crianças entre quatro e cinco anos de idade. Em 2016, 83,1% dessa faixa de crianças estavam matriculadas, ao passo que, no ano de 2019, o percentual já era de 88,5%. O aumento na escolarização dessa faixa etária tem sido o principal responsável pelo incremento na taxa quando se consideram as crianças de zero a cinco anos, uma vez que a escolarização nas crianças de zero a três anos não tem apresentado um movimento de ampliação tão evidente.

O Gráfico 15 mostra que a média de percentual de escolarização de crianças de quatro a cinco anos de idade da Região Sul é menor que a do Brasil, principalmente porque o Rio Grande do Sul possui a menor taxa da região. A meta do Plano Estadual de Educação (PEE) era de que fosse universalizada, até o ano de 2016, a pré-escola de crianças de quatro a cinco anos de idade (RIO GRANDE DO SUL, 2015). A se manter o ritmo de aumento dos últimos três anos nesse indicador, o RS teria condições de universalizar a educação infantil para essas crianças em pouco mais de seis anos, antes, portanto, do prazo estabelecido para a meta do ODS, mas uma década após a meta do PEE.

⁶ Pesquisadores do Departamento de Economia e Estatística (DEE) vêm trabalhando no desenvolvimento de um indicador relacionado ao programa Primeira Infância Melhor (PIM), de modo que tal lacuna em breve será preenchida.

Gráfico 15

Taxa de escolarização, por faixa etária, em regiões selecionadas — 2019



Fonte: IBGE (2020).

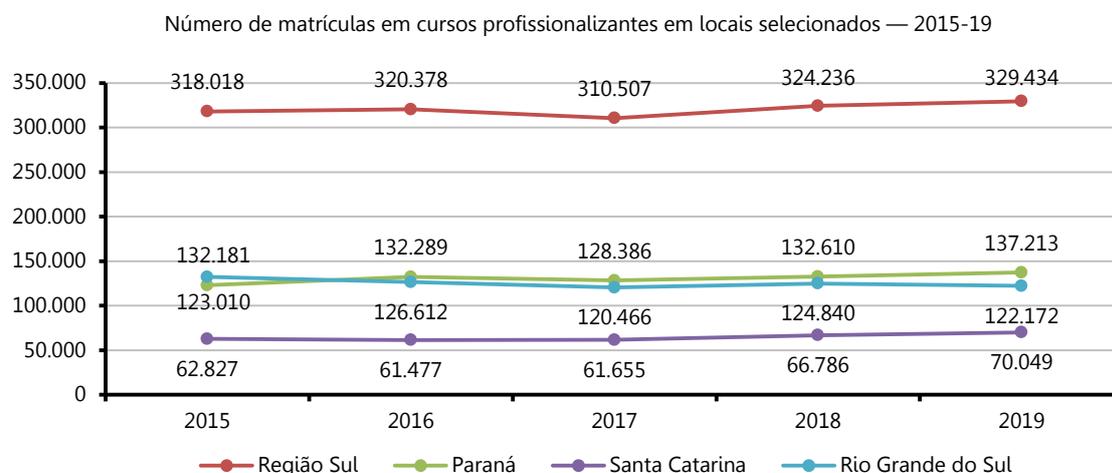
Para alcançar a meta, é necessário ampliar a cobertura para que os quase 12% de crianças de quatro a cinco anos que não frequentavam a escola em 2019 no RS tenham acesso a esse serviço. Naquilo que diz respeito às crianças de zero a três anos, o PEE prevê o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças nessa faixa etária até o final de sua vigência, o que se dará em 2025. Em 2019, 40,3% das crianças nessa faixa etária estavam matriculadas no RS, abaixo dos 43,3% da Região Sul. A conclusão é que o Estado está abaixo de sua meta naquilo que diz respeito a preparar as crianças para a vida escolar, mas a taxa de escolarização das crianças de quatro a cinco anos vem, ano após ano, aumentando — embora ainda seja a menor na Região Sul.

META 4.3 - ATÉ 2030, ASSEGURAR A IGUALDADE DE ACESSO PARA TODOS OS HOMENS E AS MULHERES À EDUCAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR DE QUALIDADE, A PREÇOS ACESSÍVEIS, INCLUINDO UNIVERSIDADE

A meta 4.3 trata da educação técnica, profissional e superior, especialmente naquilo que diz respeito ao acesso a uma educação de qualidade a preços acessíveis.

Os dados de matrículas da educação profissional na Região Sul do País, de 2015 a 2019, mostram que houve uma queda em 2017, mas, em 2019, os números já estavam 3,59% superiores aos de 2015. Dos três estados que compõem a Região, apenas o RS possuía, em 2019, menos alunos matriculados no ensino profissional do que em 2015.

Gráfico 16

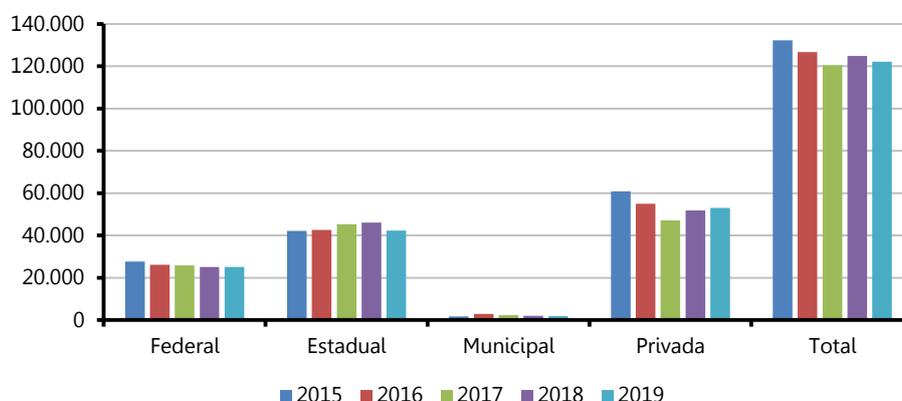


Fonte dos dados brutos: INEP (2020e).

Em 2015, o Rio Grande do Sul possuía 132.181 alunos matriculados na educação profissional, mas, em 2019, esse número era 7,6% menor, ao passo que, no mesmo período, os Estados do Paraná e de Santa Catarina tinham ampliado suas matrículas em 11,5%. A queda no número de matrículas que o RS vivenciou, porém, não foi uniforme em todas as redes de ensino profissional, conforme mostra o Gráfico 17.

Gráfico 17

Número de matrículas na educação profissional, por vínculo, no Rio Grande do Sul — 2015-19

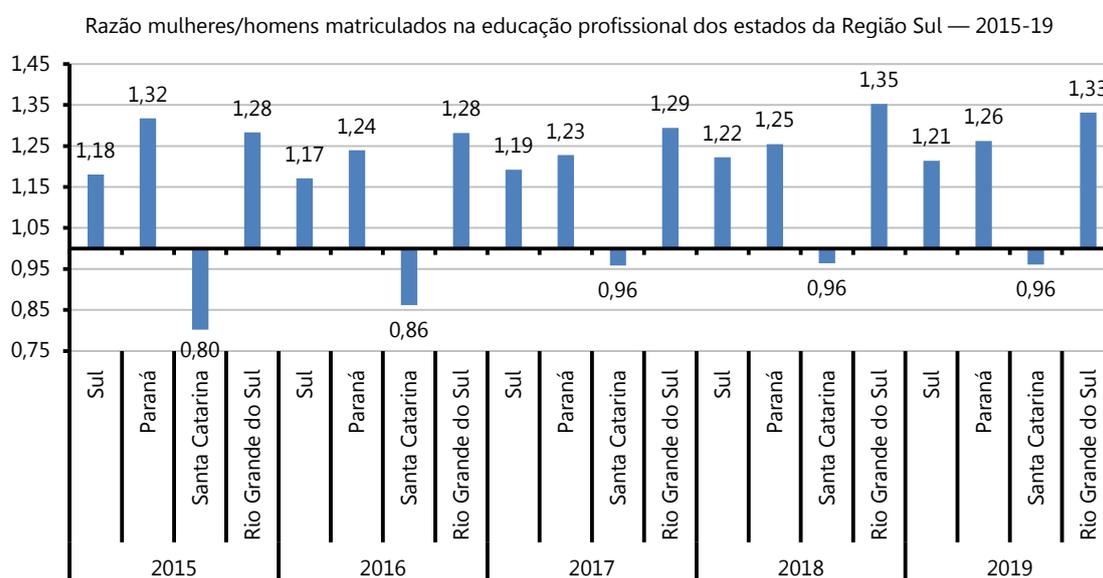


Fonte dos dados brutos: INEP (2020e).

Enquanto as matrículas nas redes estadual e municipal se mantiveram praticamente inalteradas entre 2015 e 2019, a rede federal apresentou diminuição da ordem de 8,98% (2.478 matrículas a menos), e a rede privada as reduziu em 12,92% (menos 7.854 matrículas). Como a ampliação na rede estadual foi, no período considerado, de apenas 239 matrículas e menos ainda na rede municipal (84), não houve migração entre as redes nas matrículas. O que houve foi uma diminuição em termos absolutos, que pode ter sido causada por questões financeiras de pagamento de mensalidades, entre outras hipóteses.

Naquilo que diz respeito ao equilíbrio entre homens e mulheres na educação profissional, há um desequilíbrio persistente em desfavor dos homens. O RS é o estado com maior desequilíbrio na Região Sul. Em 2019, para cada homem matriculado, havia 1,33 mulher na educação profissional no Estado. Santa Catarina é onde há maior equilíbrio, com 0,96 mulher matriculada para cada homem. Curiosamente, Santa Catarina é o único estado da região em que a razão mulheres/homens favorece os homens. Rio Grande do Sul e Paraná apresentam, ano após ano, uma proporção maior de mulheres estudantes. Pelos números apresentados, não parece haver qualquer mudança nesse cenário visível no curto prazo.

Gráfico 18

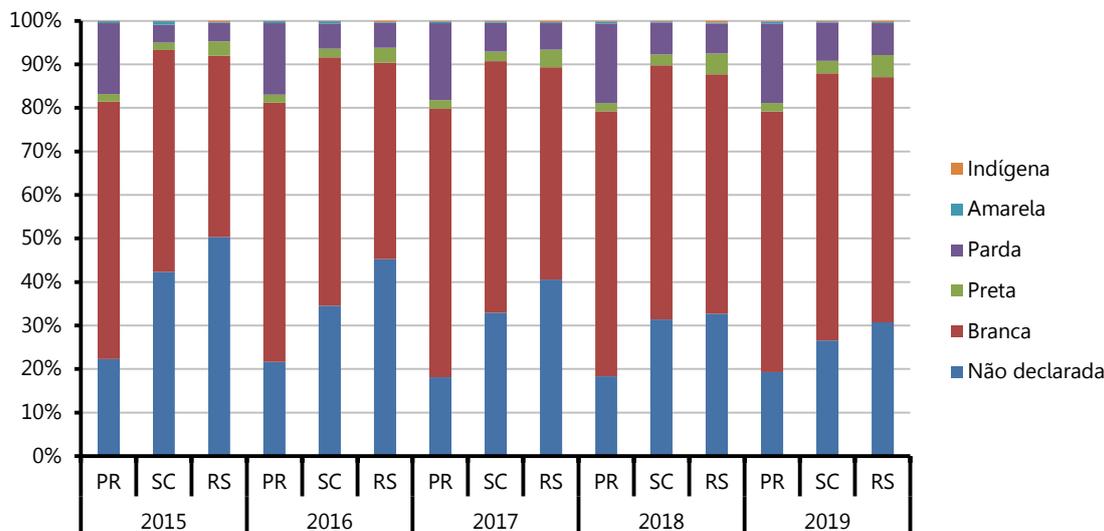


Fonte dos dados brutos: INEP (2020e).

O percentual de pretos e pardos que estudam na educação profissional vem aumentando no Estado, mas ainda se mantém em níveis reduzidos. Entre os estudantes do sexo feminino, aquelas que se autodeclararam negras ou pardas passaram de apenas 7,5% em 2015 para 12,4% em 2019. Já entre os alunos do sexo masculino, os pretos e pardos representavam 6,5% dos estudantes em 2015 e 11,2% em 2019. Os Gráficos 19 e 20 mostram a distribuição de raças dos estudantes do sexo feminino e masculino na educação profissional, entre 2015 e 2019, nos três estados da Região Sul.

Gráfico 19

Percentual de matrículas do sexo feminino no ensino profissional, por raça, nos estados da Região Sul — 2015-19

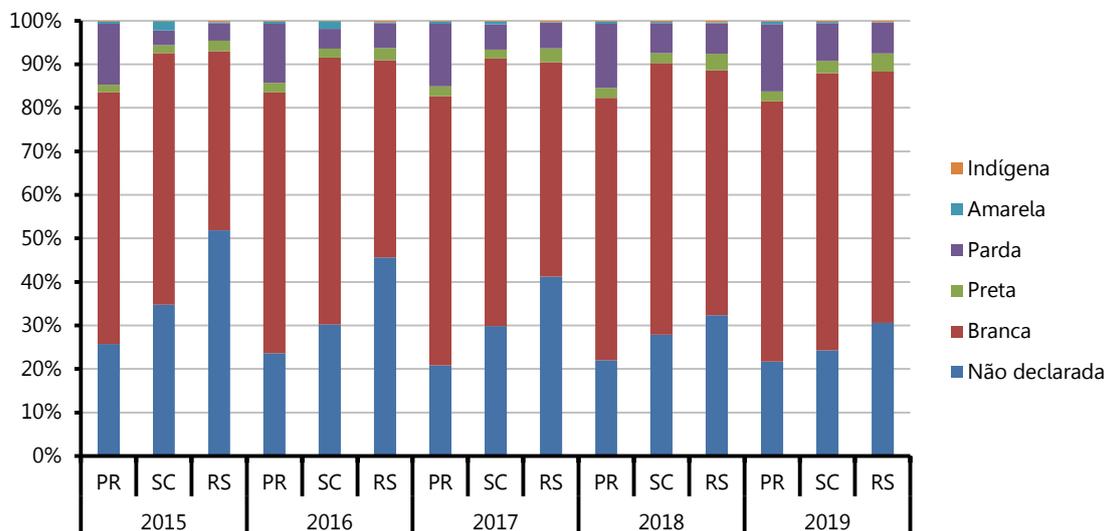


Fonte dos dados brutos: INEP (2020e).

Adicionalmente ao aumento do percentual de negros e pardos autodeclarados em ambos os sexos, nota-se uma diminuição daqueles que não declararam raça, embora seu percentual ainda seja superior a 30% em ambos os sexos (Gráficos 20 e 21).

Gráfico 20

Percentual de matrículas do sexo masculino no ensino profissional, por raça, nos estados da Região Sul — 2015-19

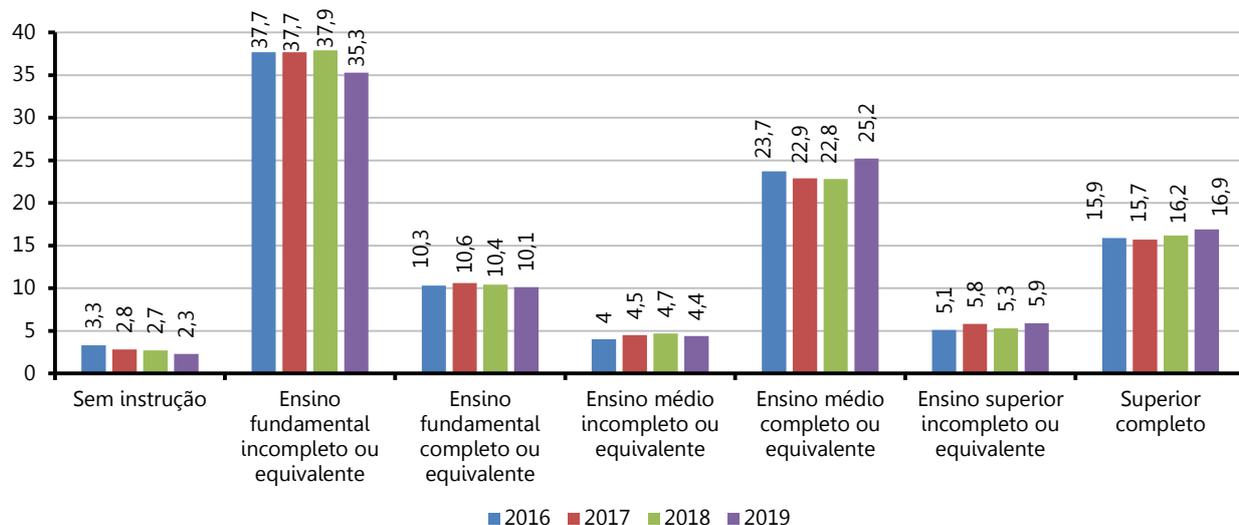


Fonte dos dados brutos: INEP (2020e).

Se, por um lado, o número de matrículas no ensino profissional do RS é menor em 2019 do que quatro anos antes, por outro o percentual de residentes que possuem ensino superior incompleto e completo aumentou entre 2016 e 2019. O percentual de pessoas com 25 anos ou mais e que possuíam ensino superior completo aumentou 6,29%. Esse aumento, porém, ainda foi incapaz de mitigar as disparidades existentes entre os sexos e a cor da pele no Estado. No Gráfico 21, verifica-se o percentual de pessoas com 25 anos ou mais que possuíam ensino superior completo no RS entre 2016 e 2019.

Gráfico 21

Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, no Rio Grande do Sul — 2016-19

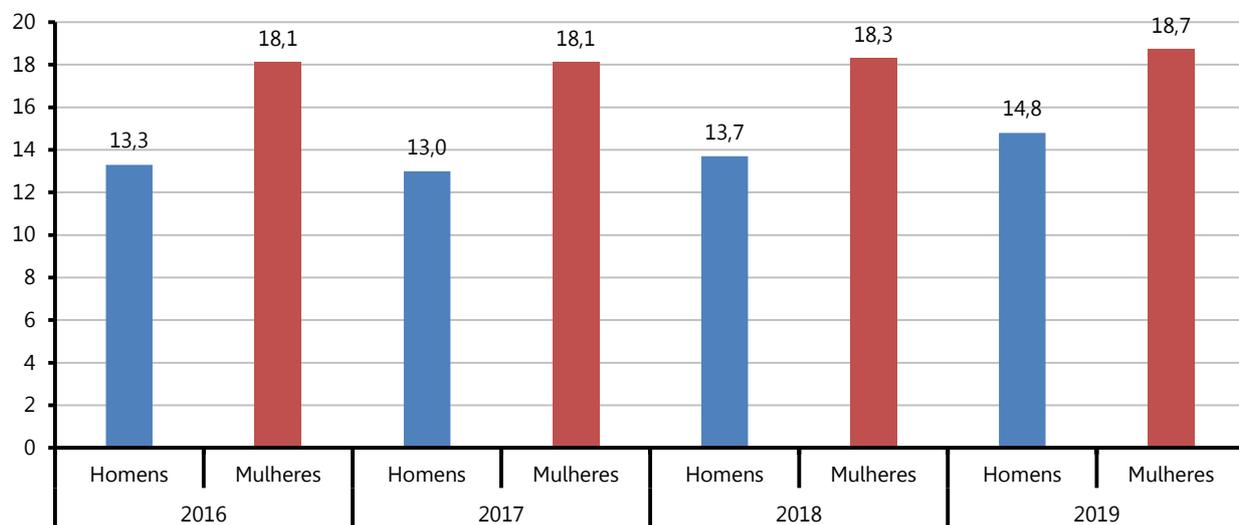


Fonte: IBGE (2020).

O percentual de diplomados aumentou em ambos os sexos no período, mas ainda persiste uma grande diferença, que pode ser observada no Gráfico 22.

Gráfico 22

Distribuição percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, por sexo, no Rio Grande do Sul — 2016-19



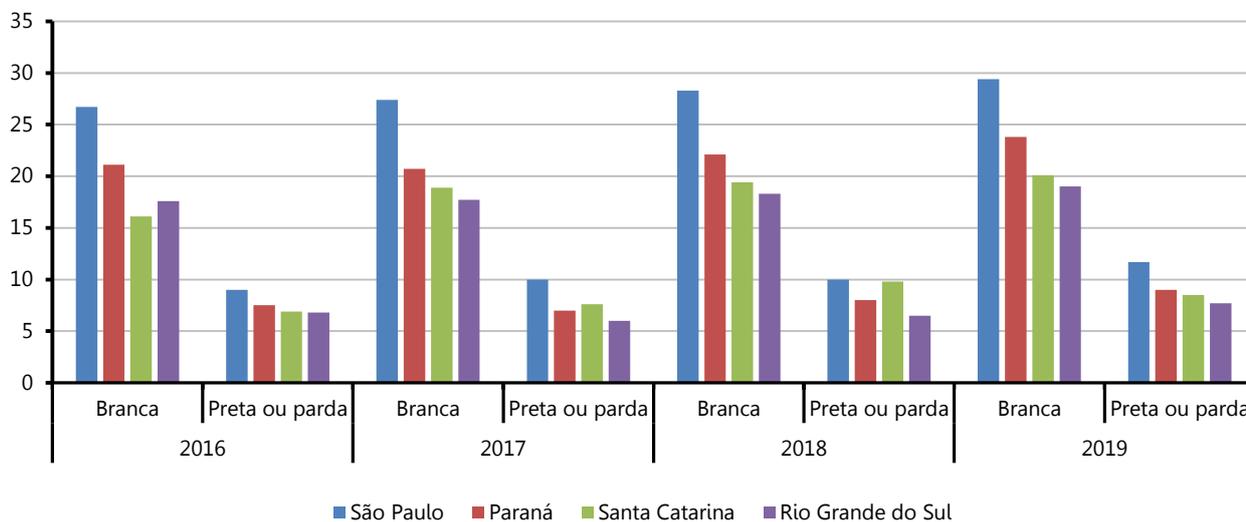
Fonte: IBGE (2020).

No entanto, a maior disparidade acontece quando se coloca em análise a questão da cor da pele. Trata-se de uma situação estrutural, que atinge não apenas o Rio Grande do Sul, mas também os demais estados. Em 2016, apenas 6,8% das pessoas pretas ou pardas com mais de 25 anos possuíam curso superior completo, ao passo que 16,7% das pessoas brancas tinham diploma universitário. Em 2019, o cenário era melhor, mas ainda assim muito desigual. O percentual de pretos ou pardos com ensino universitário completo cresceu 13,24%, em ritmo maior do que entre os autodeclarados brancos, que aumentou 7,95% no período. Assim, no ano de 2019, 7,7% das pessoas pretas ou pardas com mais de 25 anos possuíam diploma de curso superior, ante um percentual de 19,0% entre os

brancos. O Gráfico 23 mostra, entre 2016 e 2019, o percentual de pessoas brancas e pretas e pardas, com mais de 25 anos, com curso superior completo em estados selecionados.

Gráfico 23

Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade com curso superior completo, por cor ou raça, nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2016-19



Fonte: IBGE (2020).

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para proporcionar um acesso verdadeiramente igualitário aos ensinos profissional e superior. Da forma como o ensino está estabelecido no Estado, pessoas pretas e pardas estão em desvantagem e, embora sua situação tenha melhorado nos últimos anos, ainda se está muito distante de atingir a presente meta.

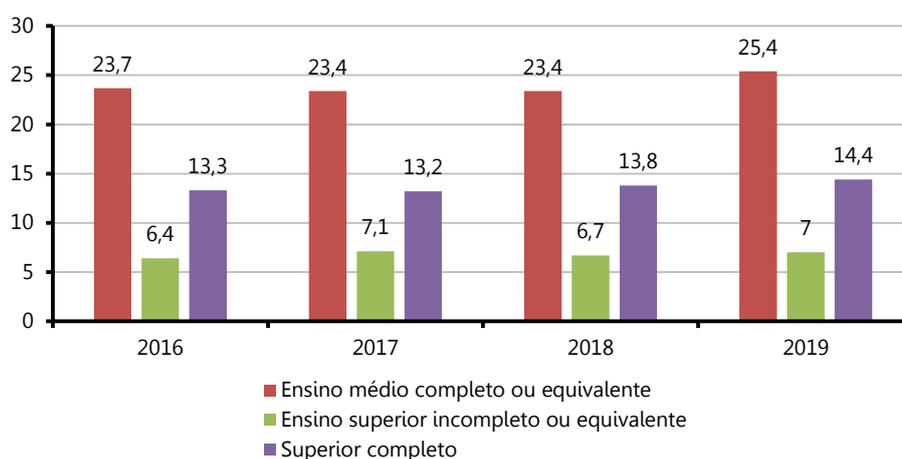
META 4.4 - ATÉ 2030, AUMENTAR SUBSTANCIALMENTE O NÚMERO DE JOVENS E ADULTOS QUE TENHAM HABILIDADES RELEVANTES, INCLUSIVE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E PROFISSIONAIS, PARA EMPREGO, TRABALHO DECENTE E EMPREENDEDORISMO

A meta 4.4 do ODS 4 é aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Ainda que a educação formal não seja condição suficiente para incutir competências técnicas e profissionais almejadas pela meta, ela é condição necessária, uma vez que municia os jovens e adultos com o arcabouço intelectual que utilizarão para o desenvolvimento dessas mesmas competências.

De fato, o grau de instrução da população gaúcha vem aumentando, conforme se pode observar no Gráfico 24.

Gráfico 24

Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de instrução, no Rio Grande do Sul — 2016-19



Fonte: IBGE (2020).

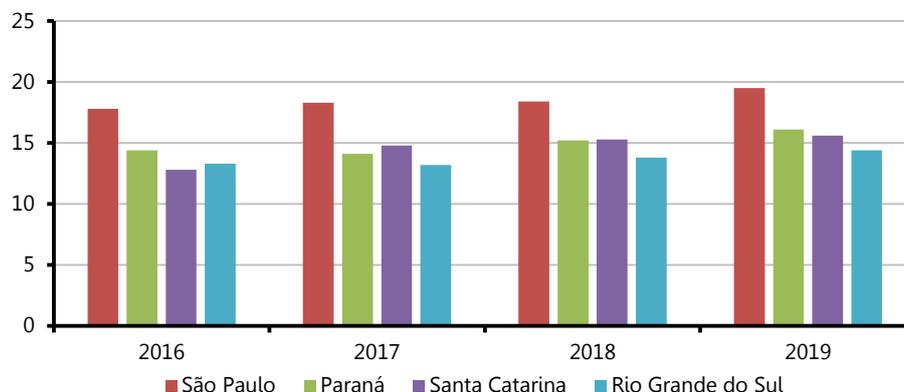
Nota: Os dados foram retirados de tabela disponibilizada no Sistema IBGE de Recuperação Imediata (Sidra), consultando dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua Anual (PNADCA), a qual disponibiliza níveis inferiores de escolaridade, razão pela qual são consideradas pessoas a partir dos 14 anos.

Entre 2016 e 2019, o percentual de pessoas com 14 anos ou mais com ensino médio completo ou equivalente aumentou 7,17%. No mesmo período, aqueles que possuíam ensino superior incompleto aumentaram 9,38%, e os com ensino superior completo, 8,27%. Quando se compara o percentual de pessoas com 14 anos ou mais que possuem curso superior completo entre os estados da Região Sul e São Paulo, percebe-se que o RS é o estado com menos pessoas graduadas (Gráfico 25).

São Paulo, no período considerado, sempre foi o estado com maior percentual de graduados. O RS, que era o terceiro colocado entre os estados selecionados em 2016, foi ultrapassado, já em 2017, por Santa Catarina e — embora sua situação seja melhor em 2019 do que era em 2016 — mantém-se como estado com menor percentual de pessoas com curso superior completo entre os entes considerados. Ainda assim, o RS apresentou crescimento de 8,27% na população graduada entre 2016 e 2019, passando de 13,3% para 14,4% da população considerada.

Gráfico 25

Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade com curso superior completo nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2016-19



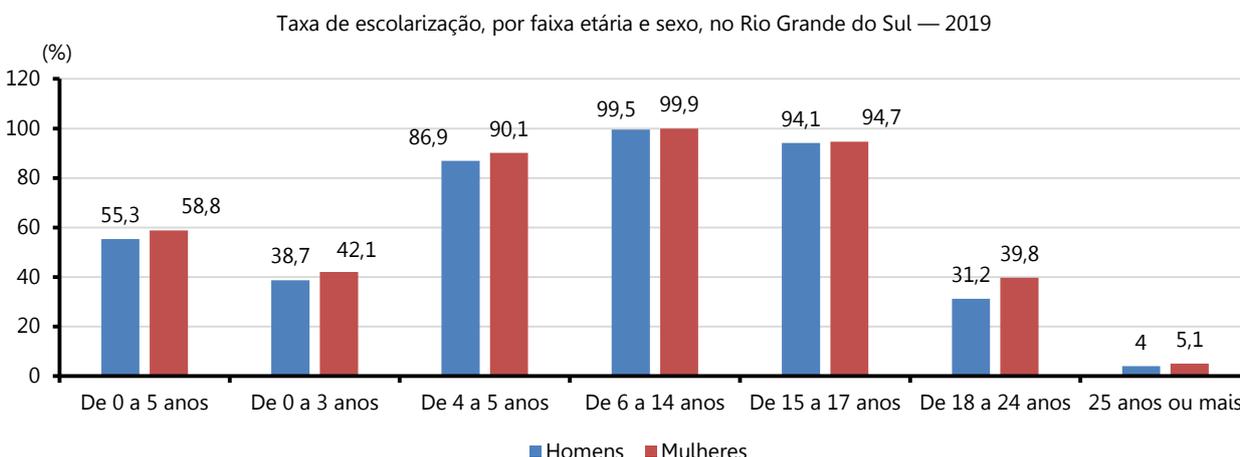
Fonte: IBGE (2020).

Existem iniciativas educacionais no Estado para fomentar, especialmente entre os jovens, o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para o empreendedorismo ou para o mercado de trabalho, a exemplo do programa Jovem RS Conectado no Futuro, que busca o desenvolvimento da criatividade, da inovação e do empreendedorismo entre os alunos da rede escolar estadual. Até 2022, pretende-se que a totalidade das escolas da rede estadual participem do projeto.

META 4.5 - ATÉ 2030, ELIMINAR AS DISPARIDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO E GARANTIR A IGUALDADE DE ACESSO A TODOS OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS MAIS VULNERÁVEIS, INCLUINDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OS POVOS INDÍGENAS E AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A meta 4.5 do ODS 4 é eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. Se, por um lado, existe disparidade de gênero em desfavor das mulheres no mercado de trabalho quando se trata de remuneração, por outro, na educação, a disparidade de gênero existe em desfavor dos alunos do sexo masculino. Em todas as faixas de idade, a taxa de escolaridade é mais favorável às mulheres, ainda que, no ensino fundamental, tal diferença seja pequena. A maior diferença existe na faixa etária entre 18 e 24 anos, que abarca especialmente o ensino superior, conforme mostra o Gráfico 26.

Gráfico 26



Fonte: IBGE (2020).

Naquilo que diz respeito à inclusividade de pessoas com deficiência nas escolas, o elemento mais básico é o de existir acessibilidade física, para que os alunos possam adentrar nas instituições e lá se locomoverem com segurança. Assim, antes mesmo de se avaliarem questões como a adequação didática, disponibilidade de materiais adaptados e do atendimento profissional, é preciso que os alunos que apresentam necessidades especiais consigam ter acesso aos prédios. No Censo Escolar de 2019, o Rio Grande do Sul possuía 22.900 instituições públicas e privadas em funcionamento e lidando com a educação básica, desde creches comunitárias até grandes colégios particulares. Nesse amplo universo de estabelecimentos, avaliou-se, pela primeira vez, a existência ou não de oito recursos de acessibilidade em cada uma das instituições: corrimãos e guarda-corpos, elevador, pisos táteis, portas com vão livre de no mínimo 80cm, rampas, sinalização sonora, sinalização tátil e sinalização visual. Das 22.900 escolas avaliadas, 7.034 não possuíam nenhum dos oito recursos, o que representa 30,72% do total. Os recursos mais presentes são rampas (9.832 estabelecimentos), portas com vão livre adequado (6.745 estabelecimentos) e corrimãos e guarda-corpos (5.478 estabelecimentos). No entanto, quando se procuram escolas que tenham esses três recursos ao mesmo tempo, apenas 2.632 escolas atendem ao requisito. Isso significa que, em 2019, apenas 11,49% dos estabelecimentos de ensino do Estado possuíam rampas, portas adequadas e corrimãos e guarda-corpos para proporcionar acesso seguro, por exemplo, a um aluno ou mesmo a um professor cadeirante. Quando se passa para outras esferas de necessidades especiais — visuais, por exemplo — o cenário é pior, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1

Percentual de estabelecimentos educacionais com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação interna na escola no Rio Grande do Sul — 2019

RECURSO DE ACESSIBILIDADE	%
Rampas	42,93
Portas com vão livre de 80cm ou mais	29,45
Corrimão e guarda-corpo	23,92
Pisos táteis	7,99
Sinalização visual (pisos/paredes)	6,06
Elevador	3,27
Sinalização tátil (pisos/paredes)	2,77
Sinalização sonora	1,62

Fonte: INEP (2020b).

Quando se consideram apenas as escolas estaduais, ainda há um longo caminho a ser percorrido. À exceção de sinais táteis e sinalização sonora, todos os outros equipamentos possuem cobertura inferior à existente no sistema considerando todas as redes, e mesmo esses dois recursos de acessibilidade existem em menos de 3% das escolas estaduais.

Outro ponto importante dentro da ideia de inclusividade é a existência de Salas de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (SRMs-AEE). Esses espaços atendem alunos de possuem altas habilidades e/ou superdotação, além de estudantes com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento. Oliveira (2020) aponta que houve, nos últimos anos, expressivo aumento na disponibilização de SRMs em todo o País, bem como no RS, mas que existe um problema de competição pelo uso de tais espaços entre os alunos com altas habilidades e aqueles que possuem deficiências e transtornos de desenvolvimento. Em 2018, o RS possuía 3.570 SRMs em seus estabelecimentos educacionais — considerando todas as redes de ensino. Em 2019, o número passou a ser de 3.626, distribuídas da seguinte forma: 1.977 nas redes municipais, 1.213 na rede estadual, 419 nas escolas privadas e 17 em estabelecimentos federais (OLIVEIRA, 2020). Apesar da concorrência entre o uso das SRMs por alunos de diferentes necessidades, o aumento na oferta desses espaços tem grande importância na inclusão de alunos que necessitam de AEE.

META 4.6 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS JOVENS E UMA SUBSTANCIAL PROPORÇÃO DOS ADULTOS, HOMENS E MULHERES, ESTEJAM ALFABETIZADOS E TENHAM ADQUIRIDO O CONHECIMENTO BÁSICO DE MATEMÁTICA

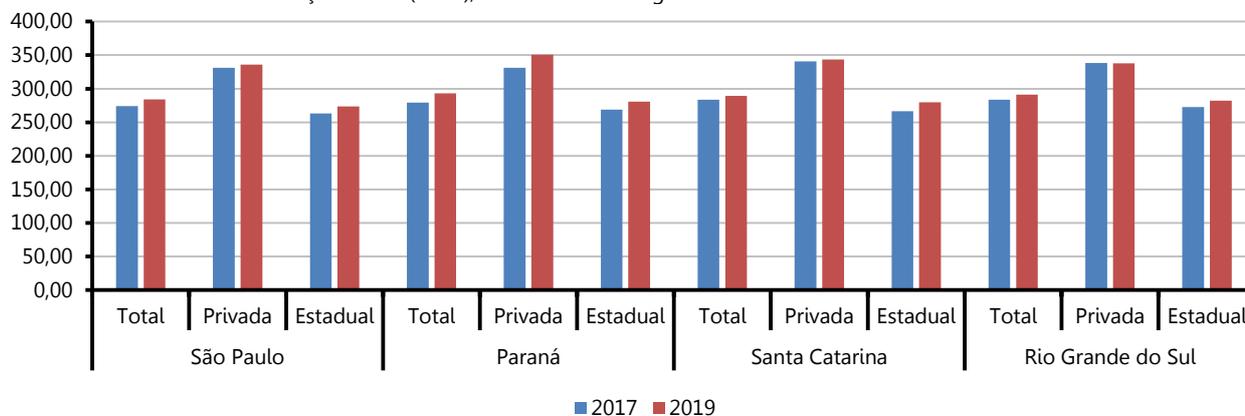
A meta 4.6 do ODS 4 busca garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de Matemática. Um bom indicador que pode sinalizar como estará parte dos jovens e dos adultos nos próximos 15 anos em termos de conhecimento de Matemática e Língua Portuguesa é o resultado apresentado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica. O SAEB é um diagnóstico da educação básica, construído a partir de provas e questionários aplicados também a alunos das 3.^{as} ou 4.^{as} séries do ensino médio. O teste de Língua Portuguesa aplicado prioriza a leitura. Seu objetivo, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020f), é verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. Nesse contexto, ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, nas mais diferentes situações de comunicação. É uma atividade complexa que exige do leitor demonstrar habilidades como reconhecer, identificar, agrupar, associar, relacionar, generalizar, abstrair, comparar, deduzir, inferir e hierarquizar.

Por outro lado, o teste de Matemática aplicado baseia-se na resolução de problemas. Conforme o INEP (2020f), para tal, são consideradas capacidades como observação, estabelecimento de relações, comunicação (diferentes linguagens), argumentação e validação de processos, estimulando formas de raciocínio como intuição, indução, dedução e estimativa. A Matriz de Referência de Matemática foi estabelecida a partir do pressuposto de que o conhecimento matemático ganha significado quando os alunos têm situações desafiadoras e trabalham para desenvolver estratégias de resolução, o que não exclui totalmente a possibilidade da proposição de alguns itens com o objetivo de avaliar se o aluno tem domínio de determinadas técnicas.

Isso posto, o desempenho em Matemática, no ano de 2019, dos alunos da rede estadual do Rio Grande do Sul foi o melhor entre os estados da Região Sul e também melhor do que o de São Paulo. Quando se consideram todos os vínculos e não apenas as escolas estaduais, o RS é ultrapassado pelo Paraná. No caso específico do RS, houve uma melhora de 2,8% na nota entre 2017 e 2019, quando se considera a totalidade dos vínculos, devido ao incremento no resultado da rede estadual em 3,4%, apesar do ligeiro recuo da nota na rede privada (-0,1%). O Gráfico 27 mostra o desempenho dos alunos do ensino médio dos estados mencionados na prova de Matemática do SAEB nos anos de 2017 e 2019:

Gráfico 27

Pontuação dos alunos do ensino médio das redes estadual e privada em Matemática, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017 e 2019

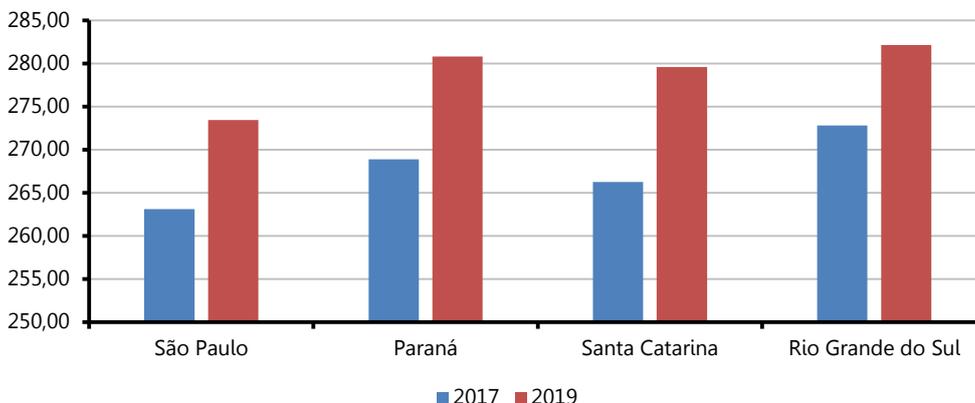


Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

Os alunos da rede estadual do RS atingiram, nos anos de 2017 e 2019, notas superiores em Matemática quando comparados com os alunos de São Paulo e dos demais estados da Região Sul, conforme pode-se observar no Gráfico 28.

Gráfico 28

Pontuação dos alunos do ensino médio da rede estadual em Matemática, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017 e 2019



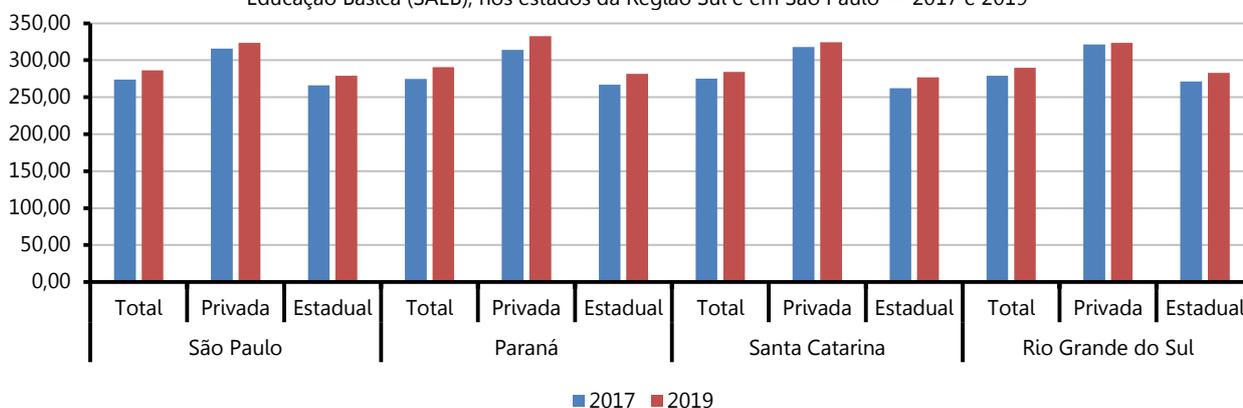
Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

Em 2017, a pontuação do RS foi de 272,82, ante 282,16 em 2019. O incremento na nota do RS foi menor percentualmente do que o dos outros estados considerados (apenas 3,4%), o que pode ser parcialmente explicado pelo fato de seu ponto de partida ser superior ao dos outros entes.

Em Língua Portuguesa, o desempenho dos alunos gaúchos e dos demais estados da Região Sul e de São Paulo melhorou entre 2017 e 2019. Quando se considera o total de alunos de todas as redes, o desempenho do RS é o segundo melhor, logo atrás do Paraná (289,67 ante 290,85). O Gráfico 29 mostra uma visão geral dos estados mencionados para o período:

Gráfico 29

Pontuação dos alunos do ensino médio das redes estadual e privada em Língua Portuguesa, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017 e 2019

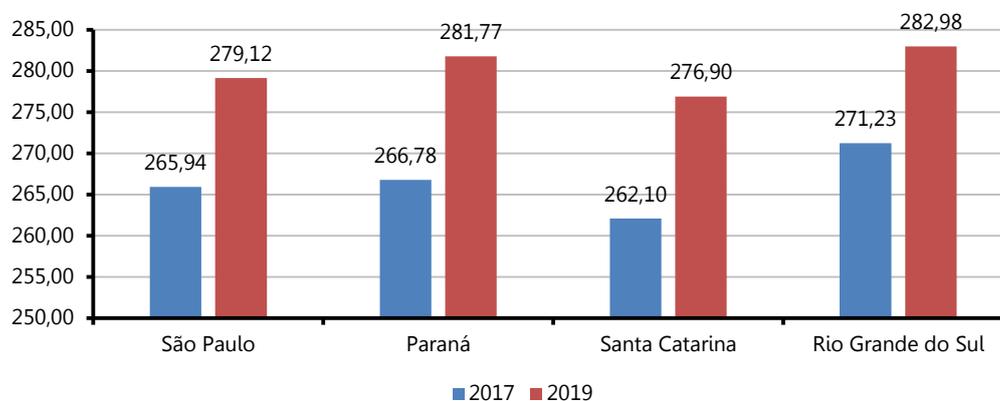


Fonte dos dados brutos: INEP (2020d).

Percebe-se que o desempenho dos alunos no ensino médio de todas as redes do RS foi superior em 2019, em relação a 2017. No total, a nota dos alunos gaúchos aumentou 3,7%, com o desempenho na rede pública estadual apresentando crescimento de 4,3%.

Gráfico 30

Pontuação dos alunos do ensino médio da rede estadual em Língua Portuguesa, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017 e 2019



Fonte: INEP (2020d).

Com tal incremento, a posição de liderança do RS na Região Sul, em Língua Portuguesa, no ensino médio das redes estaduais manteve-se em 2019.

META 4.7 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS ALUNOS ADQUIRAM CONHECIMENTOS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVE, ENTRE OUTROS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA, CIDADANIA GLOBAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Também se apresenta como meta do ODS 4 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Uma das formas de atender essa meta é avaliar em que medida a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados às políticas de educação e aos currículos escolares.

No Plano Estadual da Educação do Rio Grande do Sul (2015, p. 1), em seu artigo 2, inciso X, consta como uma de suas diretrizes a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, à orientação sexual e às escolhas religiosas”. Seguem alguns exemplos de aspectos que foram incluídos nas metas do PEE:

[...] estabelecer cursos específicos [...] em comunidades Kaingang embasados nos projetos de vida e de sustentabilidade das terras e comunidades indígenas; [...] garantir formação permanente aos docentes [...] em temas contemporâneos como os direitos humanos, os contextos sociais, culturais, ambientais, gênero e sexualidade, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias que ajudem a desenvolver o espírito republicano, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento dos preconceitos; [...] garantir políticas curriculares com foco no direito à diversidade e afirmação dos direitos humanos; [...] garantir políticas de combate à violência mediante a identificação e supressão de todas e quaisquer fontes diretas ou indiretas geradoras de racismo, discriminação, xenofobia e intolerâncias correlatas, inclusive nos currículos, práticas e materiais didático-pedagógicos, para a construção de cultura de paz e ambiente dotado de segurança para a comunidade escolar; e [...] consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, [...] garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições; [...] programar [...] projetos específicos [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, *passim*).

No Referencial Curricular Gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2018, *passim*), por sua vez, consta, dentre outros exemplos,

[...] utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente às questões do mundo contemporâneo; [...] analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais; [...] relacionar textos e documentos legais e normativos de importância universal, nacional ou local que envolvam direitos, em especial, de crianças, adolescentes e jovens — tais como a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira, o ECA [...].

Existem, atualmente, alguns programas estabelecidos no RS que trabalham, junto à comunidade escolar, os pontos demandados pela presente meta. O Cipave+, por exemplo, propõe-se a desenvolver a questão da cultura de paz e de não violência. O programa Escola Aberta para a Cidadania também abarca essas questões e acrescenta outras, como a participação social e democrática do cidadão. Outro programa existente é o Escola Melhor: Sociedade Melhor, que se propõe a abordar, além da infraestrutura das escolas, temas ligados à diversidade

cultural. Esses são alguns exemplos de programas estaduais que trabalham questões relacionadas à meta 4.7, mas existem ainda outros que podem — direta ou indiretamente — tratar desses pontos. Um estudo aprofundado sobre a efetividade dessas iniciativas naquilo que diz respeito a essa meta específica dos ODS seria de grande valia para corrigir eventuais dificuldades.

META 4.A - CONSTRUIR E MELHORAR INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO, APROPRIADAS PARA CRIANÇAS E SENSÍVEIS ÀS DEFICIÊNCIAS E AO GÊNERO, E QUE PROPORCIONEM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SEGUROS E NÃO VIOLENTOS, INCLUSIVOS E EFICAZES PARA TODOS

Outra meta inserida nos ODS é construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às diferenças de gênero, que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos, além de aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados.

Trata-se de uma meta que possui diversas facetas. Construir e melhorar instalações físicas apropriadas compreende desde elementos básicos, como redes de água e saneamento adequados, instalações elétricas seguras e bem dimensionadas, salas com acústica e conforto térmico, até mesmo atender questões como acessibilidade, separação de banheiros por gênero e outras. Além disso, ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes passam não só por estruturas físicas, mas também pela formação do corpo docente.

Apesar da aparente simplicidade de aferição de questões básicas de infraestrutura, existem questões importantes a serem consideradas. Tome-se, por exemplo, o fornecimento de água e de eletricidade: ambos são serviços quase universalizados na Região Sul. O RS, em relação aos demais estados da Região, no entanto, apresenta os menores percentuais de acesso à eletricidade, de 99,47% nos anos iniciais e de 99,46% nos finais do EF, e de 99,34% no ensino médio, assim como os menores percentuais de abastecimento de água (98,79% nos anos iniciais, 98,88% nos anos finais do EF e 99,21% no ensino médio).

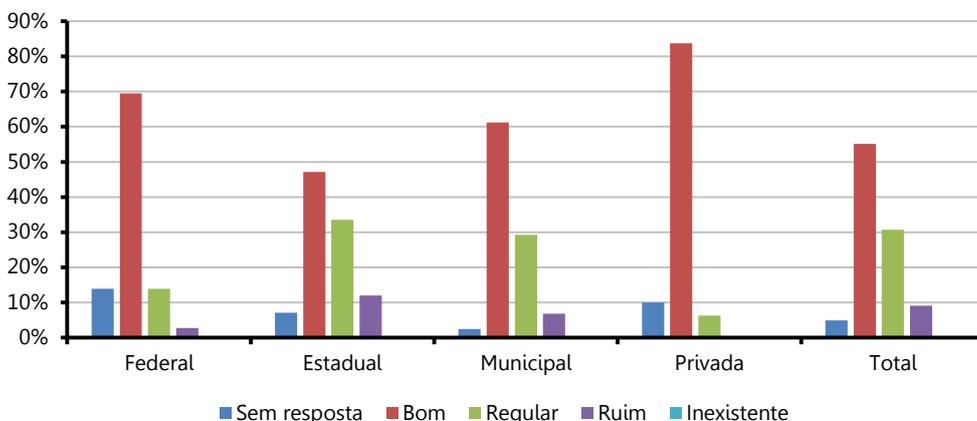
No entanto, o grupo de trabalho do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE-SPGG) encontrou divergências entre as respostas ao Censo Escolar e a realidade em projeto-piloto de pesquisa conduzido no Município de Cachoeirinha, no RS. Nas escolas visitadas, embora todas estivessem ligadas à rede elétrica, muitas relataram problemas de confiabilidade e de capacidade da rede elétrica. Houve também falta de conhecimento de parte das direções das escolas em identificar o que é água filtrada e o que é água não filtrada (MENEZES *et al.*, 2019). Assim, mesmo situações que podem parecer, à primeira vista, resolvidas — como água e luz — podem trazer consigo questões a serem consideradas quando da elaboração de políticas públicas.

Uma sala de aula climatizada, por exemplo, pode trazer grande conforto térmico a alunos e professores. No entanto, nesse mesmo projeto-piloto conduzido em Cachoeirinha, foram encontradas escolas com salas climatizadas, mas que suas redes elétricas não comportavam o uso simultâneo dos aparelhos, obrigando à realização de rodízio entre as turmas para a utilização dos condicionadores de ar. A questão da qualidade da infraestrutura, da sua usabilidade e do estado de conservação não são aferíveis através dos dados existentes. Outro exemplo que segue na mesma direção é o de dizer que as escolas gaúchas possuem bibliotecas, o que pode dar ao gestor o sentimento de dever cumprido, mas, se estas existem e, no entanto, permanecem fechadas a maior parte do tempo, não estão atingindo seus objetivos.

Dentro do atual contexto de pandemia de Covid-19, o arejamento e as condições de conservação das janelas das salas de aula foram alçados a uma posição de destaque em qualquer avaliação da infraestrutura escolar. Os dados mais recentes que avaliam essas questões são do SAEB de 2017, os quais estão apresentados nos Gráficos 31, que mostra as condições de conservação das janelas das escolas no RS, por vínculo, e 32, que traz uma avaliação acerca do arejamento.

Gráfico 31

Situação de conservação das janelas nas escolas das redes pública e privada, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos Rio Grande do Sul — 2017

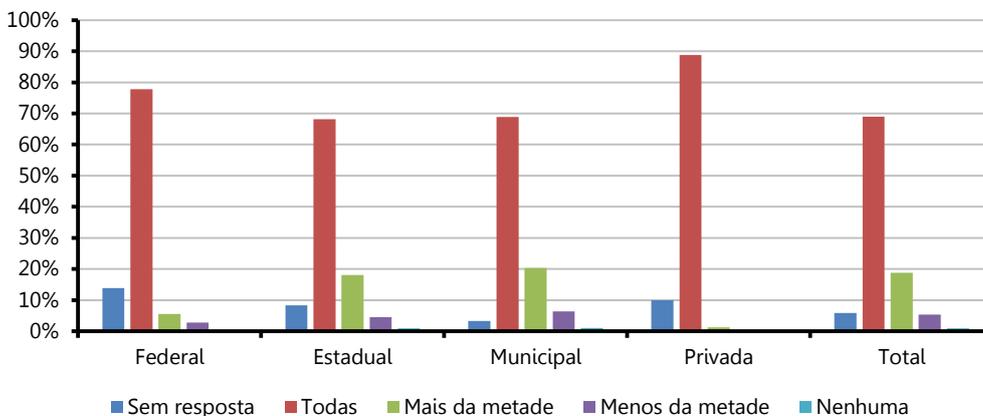


Fonte dos dados brutos: INEP (2020c).

Dentre os 4.299 estabelecimentos avaliados sobre esses pontos em 2017, as escolas da rede privada são as que possuem janelas mais bem conservadas, ao passo que a rede estadual é a que possui menos escolas com janelas em boas condições e mais em condição regular. No caso específico da rede estadual, 47,11% das escolas possuem janelas em boas condições, enquanto 45,52% as possuem em condições regular ou ruim.

Gráfico 32

Percentual de escolas com salas de aula adequadamente arejadas nas redes pública e privada, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos Rio Grande do Sul — 2017



Fonte dos dados brutos: INEP (2020c).

A maioria das escolas analisadas possuía todas as salas com arejamento adequado. As redes estadual e municipais possuíam algumas salas sem as condições ideais de circulação de ar, o que pode vir a exigir um exame mais detalhado de cada caso, pois pode ser necessária a realização de obras civis para ampliação do arejamento.

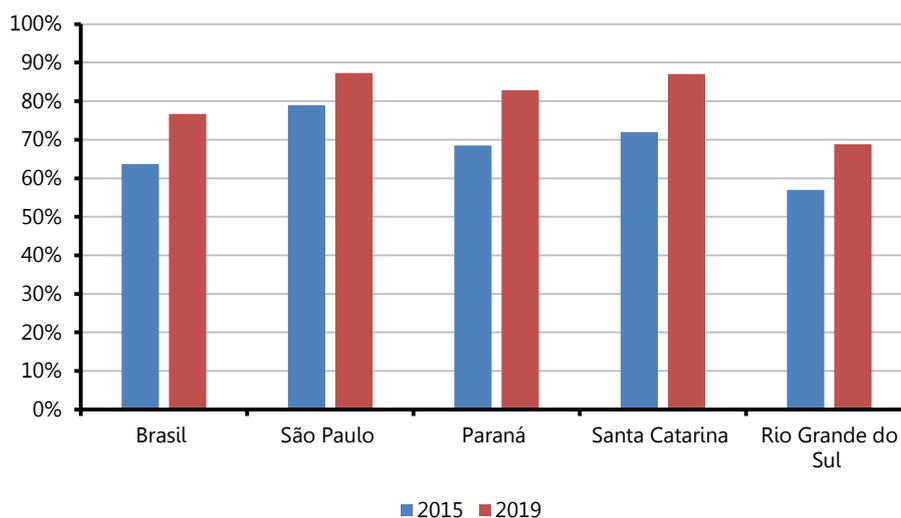
Naquilo que diz respeito à construção de um ambiente inclusivo e não violento, esta meta encontra-se ligada às metas 4.5 e 4.7, através da consolidação de prédios e de uma educação voltados para a acessibilidade, aceitação das culturas locais e paz. Este texto já mencionou a questão da inclusividade, da ampliação das salas para atendimento educacional especializado. A cultura de paz vem sendo trabalhada em diversos programas, como os já mencionados Cipave+, Escola Aberta para a Cidadania, Escola Melhor: Sociedade Melhor e outros, como o abrangente RS Seguro. Este último é de um programa estruturante e transversal de segurança pública, que selecionou 169 escolas estaduais e municipais com desempenho abaixo da média em diversos indicadores e implementou, nesses estabelecimentos, projetos visando melhorar a aprendizagem e o ambiente escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

META 4.C - ATÉ 2030, SUBSTANCIALMENTE AUMENTAR O CONTINGENTE DE PROFESSORES QUALIFICADOS, INCLUSIVE POR MEIO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, ESPECIALMENTE OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

Em relação à proporção de docentes com a formação adequada para a etapa de ensino em que lecionam, a formação mínima exigida para a educação infantil e para os anos iniciais do EF é ensino médio ou normal/magistério. Nesse caso, para a educação infantil, em 2015, o RS tinha 98% de professores com formação adequada, crescendo para 99% em 2019. Nos anos iniciais do ensino fundamental, já era universalizado em 2015 (99,9%). Porém, o número de docentes com formação superior para essas etapas é bastante inferior no Rio Grande do Sul, se comparado aos estados vizinhos. Em relação à educação infantil (Gráfico 31), percebe-se que o país como um todo e todos os estados analisados aumentaram seu percentual. São Paulo, Paraná e Santa Catarina ficaram acima dos 80% em 2019, ao passo que o RS fica abaixo da média brasileira (69% e 77% respectivamente).

Gráfico 33

Percentual de docentes com formação superior na educação infantil no Brasil e em estados selecionados — 2015 e 2019

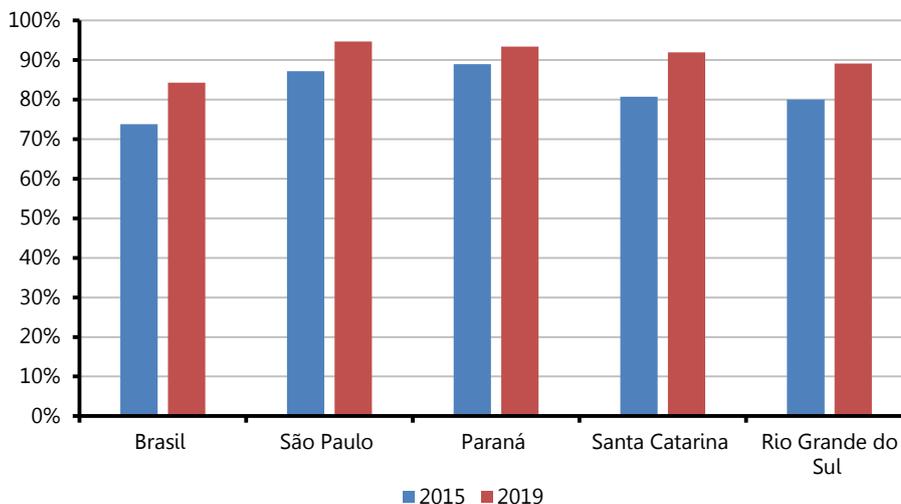


Fonte dos dados brutos: INEP (2020e).

No caso dos anos iniciais do EF também há avanços em todos os casos, e o RS tem proporção maior de docentes com graduação do que a média nacional (89% e 84% respectivamente), mas abaixo de São Paulo (95%), Paraná (93%) e Santa Catarina (92%), conforme se pode observar no Gráfico 34.

Gráfico 34

Percentual de docentes com formação superior nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil e em estados selecionados — 2015 e 2019

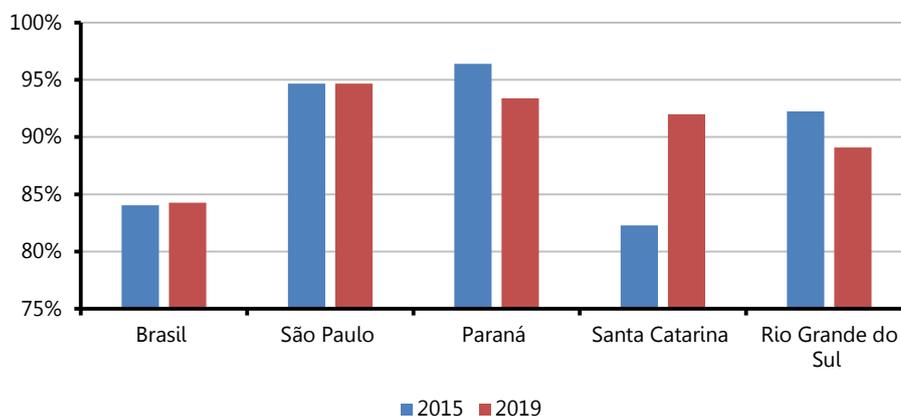


Fonte dos dados brutos: INEP (2020a).

Nos casos dos anos finais do EF e do ensino médio, o percentual de professores com formação superior é maior do que nos anos iniciais. No Gráfico 35, percebe-se que o RS apresentou, em 2019, 89% de docentes com formação superior nos anos finais do ensino fundamental, superior à média nacional, mas inferior a todos os demais estados analisados. Adicionalmente, o RS apresentou diminuição desse percentual entre 2015 e 2019, passando de 92% para 89%.

Gráfico 35

Percentual de docentes com formação superior nos anos finais do ensino fundamental no Brasil e em estados selecionados — 2015 e 2019

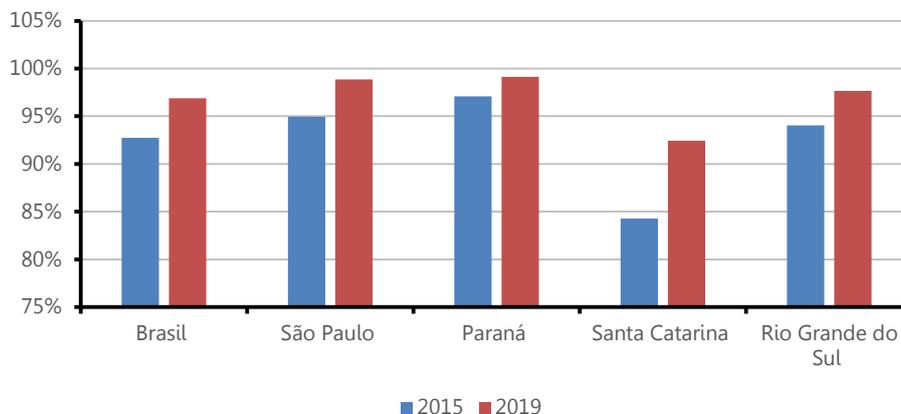


Fonte: INEP (2020a).

Por fim, o ensino médio apresenta um percentual maior de professores com formação superior (Gráfico 36): 98%. São Paulo e Paraná possuem 99% dos professores de ensino médio com curso superior. Apenas Santa Catarina (com 92%), entre os estados analisados, está abaixo da média nacional, que é de 97%.

Gráfico 36

Percentual de docentes com formação superior no ensino médio no Brasil e em estados selecionados — 2015 e 2019



Fonte dos dados brutos: INEP (2020a).

Observa-se, portanto, que o ensino médio é o que possui o maior percentual de professores com formação superior. Ainda há necessidade de melhoria em todos os níveis, mas a falta de docentes com diploma superior é maior quanto mais jovem é o aluno.

COVID-19 E O ODS 4

Todas as estatísticas apresentadas neste texto referem-se ao ano de 2019, poucos meses, portanto, antes de a pandemia de Covid-19 atingir o Brasil e o Rio Grande do Sul. Neste exato momento, passados sete meses dos primeiros casos, as escolas começam lentamente a reabrir, ainda que a questão divida opiniões da comunidade escolar. Mesmo que aspectos ligados à infraestrutura básica das escolas não venham a se modificar significativamente por conta desse período de paralisação, não se pode, com certeza, afirmar o mesmo em relação ao desempenho dos alunos e sobre a taxa de abandono, por exemplo. Dificilmente sairemos desta pandemia sem prejuízo à vida escolar dos jovens gaúchos e brasileiros, mas ainda é cedo para se ter a completa dimensão do quanto iremos retroceder em relação às metas aqui expostas. É possível que alguns indicadores retornem para resultados de dois ou três anos atrás, ou pode ser que as aulas remotas consigam — de alguma forma — superar as dificuldades previstas. É possível, até mesmo, que o investimento em tecnologia e letramento digital possa vir a apresentar impactos positivos no futuro. De qualquer modo, pouco se pode dizer ainda sobre o futuro, e a pandemia veio para colocar ainda mais dificuldade no atingimento das metas propostas. Apenas com o passar do tempo teremos como mensurar seus efeitos concretos na educação do RS.

REFERÊNCIAS

- FUNDAÇÃO BRAVA. **Engajamento Escolar - GESTA - Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas**. [São Paulo]: Fundação Brava, 2017. Disponível em: <http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#intro>. Acesso em: 20 out. 2020.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual - 2º trimestre**. [Brasília, DF]: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 13 set. 2020.
- INEP. **Indicadores educacionais**. [Brasília, DF]: INEP, [2020a]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 10 set. 2020.
- INEP. **Microdados da educação básica**. [Brasília, DF]: INEP, [2020b]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: 11 de setembro de 2020.
- INEP. **Microdados do Saeb (Aneb/Prova Brasil)**. [Brasília, DF]: INEP, [2020c]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_saeb_2017.zip. Acesso em: 11 set. 2020.
- INEP. **Resultados do Saeb**. [Brasília, DF]: INEP, [2020d]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 10 set. 2020.
- INEP. **Sinopse estatística da educação básica**. [Brasília, DF]: INEP, [2020e]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 11 set. 2020.
- INEP. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. [Brasília, DF]: INEP, [2020f]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb>. Acesso em: 11 set. 2020.
- MENEZES, D. B.; RISCO, G. R. de M.; OLIVEIRA JÚNIOR, R.C. G. de; CAMPELO, R. G.; ANDREIS, T. F.; FIORI, T. P. **Projeto piloto do índice de qualidade de infraestrutura escolar: o caso de Cachoeirinha**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul, Departamento de Economia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://dee-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/202007/30162753-30-12-projeto-piloto-do-indice-de-qualidade-de-infraestrutura-escolar-o-caso-de-cachoeirinha.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2020.
- OLIVEIRA, L. L. S. de. **Altas habilidades e superdotação (AH/SD) no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul, Departamento de Economia e Estatística, 2020. No prelo.
- PLATAFORMA Agenda 2030. [S. l., 2019]. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 14.705, de 25 de junho de 2015. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE -, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE -, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 73, n. 120, p. 1-14, 26 jun. 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Referencial curricular gaúcho**. [Porto Alegre]: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <http://curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Index>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. **RS seguro**. [Porto Alegre]: Secretaria de Segurança Pública, [2020]. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/rs-seguro>. Acesso em: 23 out. 2020.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

dee.rs.gov.br